



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar**  
**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**do Município de Paço do Lumiar – PREVPAÇO**

**ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL**  
**DO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR/ PREVPAÇO**

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às 10h na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Paço do Lumiar-PREVPAÇO, realizou-se a Quarta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal. Estiveram presentes os Conselheiros: Palov Ricardina Nascimento Fernandes Costa (Suplente), representante do Poder Executivo; José Vitório Silva de Oliveira (Titular), representante do Poder Legislativo e Ilana Barros Moraes da Graça (Titular), representante dos Segurados Ativos. A Reunião foi iniciada pela Senhora Maria José Marinho de Oliveira, Presidente do PREVPAÇO, que iniciou a Reunião cumprimentando os conselheiros e agradecendo a presença de todos. Dando prosseguimento, passou-se a discorrer sobre: a) **Relatório de Investimentos:** A presidente do Conselho iniciou ressaltando que a Política de Investimentos trabalha alinhada com a avaliação atuarial. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Gustavo Leite, representante da LEMA (Consultoria de Investimentos contratada pelo PREVPAÇO), que iniciou sua apresentação cumprimentando todos os conselheiros e pontuando que aprovação da Política Anual de Investimentos (PAI) é uma etapa obrigatória ao cumprimento da legislação. O consultor ressaltou a importância da PAI e a responsabilidade do Conselho Administrativo e Previdenciário na aprovação desta. Destacou, ainda, que esse documento estabelece as diretrizes dos investimentos para o próximo ano, que são pautadas na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria nº 1.467/2022, que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS. O modelo de gestão adotado pelo PREVPAÇO é o de gestão própria, o que significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Conselho e Comitê de Investimento. Nas tomadas de decisão sobre alocações e realocações, o Comitê de Investimentos do PREVPAÇO deve observar, além das diretrizes da PAI, os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Após esses esclarecimentos, foi demonstrado que, no mês de novembro de 2023, a carteira de investimentos do Instituto apresentou rentabilidade de 1,11% (um inteiro e onze décimos por cento). No ano, a rentabilidade acumulada foi de 11,07% (onze inteiros e sete décimos por cento), ante a meta atuarial de 8,72% a.a. (oito inteiros e setenta e dois por cento ao ano). Assim, foi apurado um resultado acumulado ACIMA da meta atuarial em 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco décimos por cento). Para o ano de 2024, a meta atuarial a ser seguida pelo RPPS corresponde a IPCA+ 5,07% (cinco inteiros e sete décimos por cento). Considerando que a previsão de inflação para o ano é de 3,9% (três inteiros e nove décimos por cento), o Instituto tem como meta atuarial projetada o percentual de 9,17% (nove inteiros e dezessete décimos por cento). Quanto à estratégia de alocação, as aplicações dos recursos deverão observar a (rentabilidade) dos ativos investidos, bem como os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS. O Consultor da LEMA destacou que em novembro, os ativos da carteira se concentraram no segmento de renda fixa, na proporção de 98,51% (noventa e oito inteiros e cinquenta e um décimos por cento) do patrimônio, e o percentual restante de 1,49% (um inteiro e quarenta e nove décimos por cento) está alocado em fundos estruturados. Sobre as distribuições dos ativos entre instituições gestoras, 45,29% (quarenta e cinco inteiros e vinte e nove décimos por cento) estão sob gestão do BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM, 41,45% (quarenta e um inteiros e quarenta e cinco décimos por cento) na CAIXA ASSET, 9,78% (nove inteiros e setenta e oito décimos por cento) vinculados ao BRADESCO ASSET MANAGEMENT e 3,48% (três inteiros e quarenta e oito décimos por cento) sob gestão da VCM GESTÃO DE CAPITAL. Desta forma, fora apresentada estratégia alvo para Títulos do Tesouro Nacional SELIC de 5% (cinco inteiros por cento), com limite superior de 20% (vinte inteiros por cento); estratégia alvo de FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos do Tesouro Nacional de 50% (cinquenta inteiros por cento), com limite inferior de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) e superior de 80% (oitenta inteiros por cento); para

1



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar**  
**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**do Município de Paço do Lumiar – PREVPAÇO**

FI Renda Fixa a estratégia alvo sugerida foi de 20% (vinte inteiros por cento), com 10% (dez inteiros por cento) de limite inferior e 50% (cinquenta inteiros por cento) de limite superior; estratégia alvo para Ativos Bancários na ordem de 3% (três inteiros por cento), com limite superior de 5% (cinco inteiros por cento); para FI Renda Fixa "Credito Privado" de 2% (dois inteiros por cento), com limite superior de 5% (cinco inteiros por cento); estratégia alvo para FI Ações de 5% (cinco inteiros por cento), com 20% (vinte inteiros por cento) de limite superior; estratégia alvo para FI Ações - BDR Nível I de 5% (cinco inteiros por cento), com 5% (cinco inteiros por cento) de limite superior; FI Multimercado – aberto com 8% (oito inteiros por cento) como estratégia alvo e 10% (dez inteiros por cento) de limite superior; e para Empréstimos Consignados a estratégia alvo de 2% (dois inteiros por cento), com 5% (cinco por cento) de limite superior. Em seguida, a presidente do Conselho solicitou ao Sr. Gustavo Leite esclarecimentos sobre as APRs (Autorização de Aplicação e Resgate) do mês de junho que estão em aberto, por pendências de assinatura da gestão anterior, enquanto as APRs de responsabilidade da nova gestão são aquelas a partir de 03 de julho de 2023. O Sr. Gustavo Leite destacou que todas as movimentações precisam ser detalhadas e assinadas pelos respectivos responsáveis. No entanto, o antigo gestor foi desabilitado após a sua exoneração, impossibilitando-o de assinar as APRs referentes a junho/2023. Assim, o consultor sugeriu que a gestão atual assine esses relatórios, consignando isso em Ata para possibilitar esclarecimentos posteriores, caso necessário. Em seguida, enfatizou que a APR é um formulário que contém informações detalhas sobre a movimentação financeira realizada pelo Instituto e que apresenta os históricos das aplicações, destino, valores e movimentação. Estando o Conselho ciente das informações apresentadas e não havendo dúvidas ou informações a manifestar, o consultor da Lema encerrou sua apresentação. **b) Censo Previdenciário:** A presidente informou que o pregão eletrônico do Censo Previdenciário foi concluído. O certame foi realizado através do Licitações-e (sistema de pregão eletrônico do Banco do Brasil e a empresa vencedora da disputa foi a Self Assessoria e Consultoria LTDA. Em seguida, a presidente do Conselho franqueou a palavra ao Sr. Irineu Junior (Gerente Executivo da Self Assessoria), que participou da reunião, através de videoconferência, juntamente com o Sr. Irineu Pereira de Souza (Diretor da Self Assessoria) e a Sr.<sup>a</sup> Andressa de Souza (Coordenadora Comercial da Self Assessoria). Durante a apresentação foram mostradas, ao vivo, as instalações físicas da empresa que atua há 15 (quinze) anos no ramo de previdência e em 8 (oito) estados, possuindo 47 (quarenta e sete) colaboradores em seu quadro funcional. No portfólio da empresa, foram apresentadas algumas cidades nas quais a Self realizou censo previdenciário, entre elas, Paraíso do Tocantins (TO), Santa Maria da Vitória (BA) e São José de Ribamar (MA). Em seguida, o gerente executivo da empresa dissertou sobre a exigência legal de execução do recenseamento e as etapas de sua realização, que poderá ser feita nas modalidades presencial e on-line. A apresentação foi finalizada com a demonstração da relevância do censo que, além de consolidar a base de dados de servidores efetivos do ente, possibilita a análise mais fidedigna na elaboração das avaliações atuariais e dos planos de amortização. **c) Relatório do Controle Interno:** A Chefe de Assessoria de Controle Interno (ASCONTI), Sr.<sup>a</sup> Priscila Dantas Amaral, iniciou sua fala pontuando que o Relatório de Controle Interno do 2º (segundo) Quadrimestre de 2023 foi elaborado a partir dos dados disponibilizados nos relatórios setoriais, encaminhados à ASCONTI por todos os setores do PREVPAÇO. O relatório tem como objetivo diagnosticar possíveis vícios nos procedimentos e metodologias do Instituto e oferecer orientações para as correções necessárias, visando a obtenção do Certificado de Pró-Gestão, que reconhece as boas práticas de gestão adotadas pelos RPSS. Neste sentido, alguns procedimentos adotados no Instituto já estão adequados à obtenção do certificado, como o mapeamento e manualização das atividades das áreas de atuação do RPSS, a segregação de atividades, implantação de Ouvidoria, o Código de Ética, a aderência à Política de Investimentos, a periodicidade de reuniões do Comitê de Investimentos, os requisitos necessários à atuação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo e a execução mensal das atividades de Educação Previdenciária. Entre os requisitos parcialmente cumpridos, estão a Política de Segurança da



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar**  
**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**do Município de Paço do Lumiar – PREVPAÇO**

Informação (PSI), que foi devidamente elaborada, mas pensada numa estrutura de tecnologia de informação que não corresponde à do Instituto; quanto às Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor e Revisão de Aposentadoria por Incapacidade, a solicitação de levantamento de legislação sobre o assunto, anteriormente encaminhada à Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e Procuradoria Geral do Município (PGM), ainda não foi respondida; em relação ao dados da Avaliação Atuarial Anual, o estudo já foi elaborado, mas até a data de fechamento do Relatório de Controle Interno, o DRRA (Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial), a Nota Técnica Atuarial e os Fluxos Atuariais ainda não haviam sido encaminhados ao CADPREV; para cumprimento dos critérios de regularidade previdenciária ainda são necessários o envio de informações referentes ao Demonstrativo de Repasses e Informações Previdenciárias (DIPR), que teve seu último envio no segundo bimestre de 2017. Para este fim, são necessárias informações de 2017 a 2020 as quais não foram documentadas ou arquivadas, prejudicando o envio dos demonstrativos. Neste momento, a Presidente do Conselho informou que, sobre este assunto, o Instituto já procedeu a algumas tentativas de obter as informações, inclusive através de Ofício enviado ao Tribunal de Contas do Estado do MA (Ofício nº 56/2023 – GP/PREVPAÇO, de 06 de fevereiro de 2023) requerendo as prestações de contas dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020. Quanto aos Demonstrativos e Obrigações Fiscais, o único requisito com inconsistência é o processamento da 3ª (terceira) Fase do eSocial, uma vez que o referido sistema de escrituração, apesar de receber os dados enviados, não tem feito o processamento da Folha de Benefícios dos RPPS. Durante o período abrangido pelo relatório, não houve análise de processos de concessão de benefícios nem de pagamentos de despesas, considerando a vacância da função de Chefe da Assessoria de Controle Interno. No primeiro caso, não houve concessão de benefícios entre maio a agosto de 2023. Em relação aos processos de pagamento de despesa, estes foram devidamente analisados pela Controladoria Geral do Município (CGM). **c) Execução Financeira:** A presidente abordou sobre pagamentos realizados pelo RPPS, incluindo o pagamento de inscrições em favor dos membros dos Conselhos, do Comitê de Investimentos e da Diretoria do RPPS, para realização das provas de Certificação Profissional para RPPS. Após, franqueou a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto que demonstrou que, até o dia 12 de dezembro de 2023, somente 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da Taxa de Administração foi utilizada. **d) Informes Gerais:** O Ministério Público (MP) solicitou relatórios atualizados sobre os investimentos e repasses previdenciários, os quais foram tempestivamente encaminhados. O MP também notificou o Instituto sobre acúmulo indevido de cargos dos servidores Jecy Nogueira dos Santos Júnior, Rodrigo Soares Teixeira e José Rogério Sena e Silva, sobre os quais as medidas necessárias estão sendo tomadas. Em sequência a Presidente franqueou a palavra mais uma vez aos Conselheiros. Como não houve manifestação, eu, Jecy Nogueira dos Santos Júnior, secretariei a presente reunião, lavrei a presente Ata que segue por todos assinada.

**Jecy Nogueira dos Santos Júnior**  
Secretário Substituto do Conselho Fiscal e  
Assessor de Investimentos/PREVPAÇO


**José Vitorio Silva de Oliveira**  
Conselheiro (Titular)  
Vice-Presidente do Conselho Fiscal



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar**  
**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**do Município de Paço do Lumiar – PREVPAÇO**

**Palov Ricardina Nascimento Fernandes Costa**  
Conselheira (Suplente)

**Ilana Barros Moraes da Graça**  
Conselheira (Suplente)

  
**Marcelo Barros Cunha**  
Diretor Administrativo e Financeiro/PREVPAÇO

**Priscila Dantas Amaral**  
Chefe da Assessoria de Controle Interno/PREVPAÇO